

JANEIRO / 2019

INTERNACIONAL

EUROPA

Conforme a primeira estimativa da agência Eurostat, o PIB da zona do euro no quarto trimestre de 2018, cresceu 0,2% frente ao trimestre anterior e 1,2% na base anual. No trimestre anterior o crescimento havia sido de 0,2% e de 1,6% na base anual. Só em dezembro, as vendas no varejo recuaram 1,6%, apresentando a maior queda desde maio de 2011. A atividade foi ficando mais fraca.

A taxa de desemprego, por sua vez, que era de 7,9% em novembro, se manteve no mesmo patamar em dezembro, a menor taxa desde agosto de 2008.

Quanto à inflação do consumidor, depois de ter registrado um avanço anual de 1,6% em dezembro, teve alta de 1,4% em janeiro de 2019, ainda mais abaixo das expectativas. O Banco Central Europeu, por sua vez, manteve, em sua reunião em janeiro, a taxa de depósito negativa em 0,40% ao ano e a de empréstimos em 0,25% ao ano e deve mantê-las assim até o próximo verão europeu.

EUA

Ainda aguardando a divulgação dos dados sobre a atividade econômica nos EUA no último trimestre de 2018, atrasados por conta da paralização do governo em janeiro, já sabemos que a produção industrial registrou o seu maior ganho em dez meses, ao subir 1,1% em dezembro, frente a novembro. E no Livro Bege de janeiro o FED reconheceu que o mercado de trabalho ficou mais forte e os salários cresceram moderadamente.

A criação de vagas de trabalho não agrícola em janeiro de 2019 foi de 304 mil novos postos, quando a expectativa era de 170 mil. A taxa de desemprego, que era de 3,9% em dezembro, se elevou para 4,0%, o nível mais alto em sete meses.

Em sua reunião no final de janeiro, o FED manteve a taxa básica de juros do intervalo entre 2,25% e 2,50% e sinalizou que terá paciência antes de promover novas altas.

ÁSIA

Na China, foi divulgado que o PIB em 2018 cresceu 6,6%, um avanço que embora estivesse acima da meta de crescimento do governo, de 6,5%, foi o pior registrado desde 1990. O governo reconheceu que as tensões comerciais com os EUA afetaram a economia chinesa, especialmente no último trimestre.

MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano de 10 anos, que tinham rendimento de 2,69% a.a. no final de dezembro, terminaram janeiro com rendimento de 2,63% a.a. Já os títulos emitidos pelo governo britânico rendiam 1,22% a.a., enquanto os emitidos pelo governo alemão, por sua vez, fecharam o mês de janeiro com rendimento de 0,16%. Paralelamente, no mês, o dólar se desvalorizou 0,35% perante o euro e 0,65% e perante o yen.

Já as bolsas internacionais tiveram em janeiro um mês de fortes altas. Enquanto a bolsa alemã (Dax) subiu 5,82% no mês e a inglesa (FTSE 100) 3,58%, a do Japão (Nikkei 225) avançou 3,79% e a americana (S&P 500) 7,00%. No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent subiu no mês 18,08%.

NACIONAL

ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA

Conforme o Banco Central, medida através do IBC-Br, considerado prévia do PIB, a economia brasileira avançou 0,29% em novembro, depois de ter registrado aumento de 0,02% em outubro. Na comparação com novembro de 2017 a alta foi de 1,86%.

A taxa de desemprego, por sua vez, que era de 11,6% no trimestre encerrado em novembro, se manteve no mesmo patamar no trimestre encerrado em dezembro, com 12,8 milhões de pessoas sem trabalho.

SETOR PÚBLICO

Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 41,1 bilhões em dezembro. Em 2018 o déficit primário foi de R\$ 108,3 bilhões, quando a meta era de um déficit de R\$ 161,3 bilhões.

As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 379,2 bilhões (5,54% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 487,4 bilhões (7,09% do PIB) no mesmo período.

A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em novembro R\$ 5,27 trilhões (76,7% do PIB).

INFLAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), depois de ter registrado alta de 0,15% em dezembro, subiu 0,32% em janeiro. Em doze meses, a alta acumulada foi de 3,78%, abaixo da meta do Banco Central.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,36 em janeiro, após ter subido 0,14% em dezembro e acumulou alta de 3,57% em doze meses.

JUROS

Reunido no início de janeiro, o Copom manteve inalterada a taxa Selic em 6,50% ao ano. No comunicado pós reunião afirmou que em relação a dezembro houve uma redução dos riscos inflacionários, mas indicou que o cenário externo pode permanecer desafiador.

CÂMBIO E SETOR EXTERNO

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de janeiro cotada em R\$ 3,6519, com uma desvalorização de 5,75% no mês.

Em dezembro, as transações correntes, apresentaram déficit de US\$ 815 milhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 14,5 bilhões.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 9,0 bilhões em dezembro e acumularam US\$ 88,3 bilhões em doze meses. As reservas internacionais eram de US\$ 374,7 bilhões no final do mês.

A Balança Comercial, por sua vez, teve em janeiro de 2019 um superávit de US\$ 2,19 bilhões, resultado um pouco abaixo das estimativas dos analistas.

RENDA FIXA

Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de janeiro acabou sendo o do IDkA 20A (IPCA), com alta de 11,06%, seguido do IMA-B 5+ com alta de 6,61% e do IMA-B Total com alta de 4,37%.

RENDA VARIÁVEL

Para o Ibovespa, o mês de janeiro foi excepcional, com uma alta de 10,82%, acumulando, em doze meses, alta de 13,92%. O índice encerrou o mês e o ano em 97.394 pontos.

PERSPECTIVAS

MERCADO INTERNACIONAL

Se por um lado a economia americana continua a mostrar crescimento e, sobretudo um mercado de trabalho bastante sólido, a economia da zona do euro, a chinesa e japonesa, por exemplo, vão na direção contrária. Por enquanto, não há indícios concretos de que a desaceleração econômica nesses lugares possa se transformar em recessão. No entanto demanda o devido acompanhamento. Assim, corre-se o risco do crescimento econômico dos EUA perder força ou ser o responsável por puxar o resto do mundo. Cabe observar.

MERCADO NACIONAL

Janeiro acabou sendo um mês de fortes altas tanto na renda fixa, quanto na variável, por conta apenas das expectativas que foram criadas com o novo governo do presidente Bolsonaro e as reformas a serem

implementadas, ajudadas por um FED mais brando na condução da política monetária norte-americana. Segundo o secretário de Previdência, Rogério Marinho a reforma da Previdência deve ser apresentada entre os dias 19 e 21 de fevereiro e seguir seu trâmite, que não deverá ser rápido, até a aprovação final. Nisso estará o foco do mercado financeiro e de todo o país.

Importante destacar que depois dos fortes avanços ocorridos nos IMA's mais longos, **exclusivamente por conta de expectativas** com as reformas, a apreensão com uma eventual demora no trâmite já foi suficiente para provocar um recuo semanal dos mencionados indicadores.

Com o novo governo ainda na fase das intenções, achamos mais apropriado sugerir um aumento da alocação em fundos de gestão do duration e em fundos de ações, ao invés da exposição aos indicadores mais longos. Entendemos que os gestores de fundos de duration contam com maior agilidade na formação de posições de mercado e que o risco bolsa, neste momento, parece estar mais bem delineado do que o que seria corrido com as taxas de juros das NTN's B longas, que já tiveram importantes quedas.

Assim, em relação às aplicações dos RPPS aconselhamos o investimento de 25% dos recursos em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a devida atenção.

Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) recomendamos ainda uma exposição de 30% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's a alocação agora sugerida é de 15%.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo).

Quanto à renda variável, continuamos a recomendar a exposição máxima de 30%, também por conta da melhora da atividade econômica neste ano, que já se reflete em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfólio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais suprem a meta atuarial.

Dessa forma, mantivemos em 10% a sugestão de alocação em fundos multimercado e reduzimos de 5% para 2,5% a alocação em FII e FIP, respectivamente, dada a pouca disponibilidade de produtos no mercado. Em compensação e tendo-se em vista o potencial de valorização do segmento com a eleição de candidato pró-mercado elevamos a recomendação do investimento em ações de 10% para 15%.

Para aqueles clientes que já contam com investimento de 5% tanto em FII, quanto em FIP, recomendamos que o teto de investimento em ações se mantenha em 10%.

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

Sugestão de Alocação dos Recursos – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	70%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture) *	0%
Gestão do Duration	25%
Médio Prazo (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDKA 2)	30%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1 e CDB)	15%
<u>Renda Variável</u>	30%
Fundos de Ações	15%
Multimercados	10%
Fundos de Participações**	2,5%
Fundos Imobiliários **	2,5%
<u>Investimento no Exterior</u>	0%

* Aos clientes que investem em FIDC / Crédito Privado / Fundo Debênture, utilizar como limite máximo o percentual destinado ao Médio Prazo.

** Aos clientes que investem em Fundos de Participações e Fundos Imobiliários em percentual superior a 2,5% em cada, reduzir a exposição de 15% aos Fundos de Ações na proporção desse excesso.